Conferência Internacional
Florestas Tropicais e Mudanças Climáticas: é possível alcançar o desenvolvimento sustentável?

Palestra: Lutando contra o desmatamento, estimulando o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos dos povos da floresta na Amazônia: Como combinar múltiplas agendas na prática política.

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar quero agradecer, na pessoa do meu amigo Lars Lovold, da Rainforest Foundation Noruega, pelo convite para participar deste significativo momento de reflexão sobre o futuro das florestas tropicais do mundo e das populações tradicionais que vivem nessas áreas. Sobretudo nesses tempos de crescentes ameaças decorrentes das múltiplas crises que o mundo enfrenta: a climática e a econômica.

Inicialmente gostaria de falar que para mim não existe antagonismo ontológico entre: desenvolvimento, florestas e comunidades locais. Defendo a idéia da sustentabilidade, de um modelo de desenvolvimento que se realize tendo em conta a capacidade de suporte do meio ambiente, que promova a inclusão social e que seja equitativo na oferta de oportunidades, que valorize a diversidade cultural e tenha uma economia diversificada, descentralizada e de baixa emissão de carbono!

Considero que a utopia desse século é desenvolver preservando e preservar desenvolvendo. E a pergunta que se coloca é como fazer essa inflexão? Como mudar mentalidades e práticas tão densamente arraigadas na humanidade? Como chegar a esse modelo sustentável?

Certamente não será pela onipotência do nosso pensamento. Para alcançá-lo penso que será necessário ter: Visão, Processo e Estrutura.

Para construirmos a visão de um mundo sustentável é fundamental considerar que não existe o modelo ideal e que ele é um produto histórico. Além disso, mais do ser uma saída deve fazer sentido para todos e não deve pretender a diluição das diferenças, nem a homogeneização dos sonhos.

Um processo que nos conduza a essa visão precisará ser democrático, horizontal e transparente do ponto de vista político. Precisará contar com um novo tipo de lideres, que lideram pelo exemplo, de forma fraterna, dividindo a autoria, a realização e o reconhecimento dessas realizações. Esses líderes precisarão ser capazes de substituir o fazer “para” pelo fazer “com” e precisarão estar preparados para operar processos multicêntricos e para promover mudanças estruturantes de longo prazo em seus curtos prazos políticos, orientados por plataforma civilizatória básica.

As estruturas capazes de suportar esse processo deverão ter múltiplas capacidades. Precisarão ser capazes de integrar a contribuição de todos os setores da sociedade e identificar e integrar as contribuições dos núcleos vivos da sociedade. Além disso, deverá também dispor de estruturas capazes de combinar firmeza e elasticidade e de ter a capacidade de adaptar-se de forma ágil para responder as exigências das diferentes

dinâmicas (econômica, social, ambiental, etc.). Por último, deverá ser capaz de favorecer o dialogo de saberes, entre o saber científico e o conhecimento empírico das populações originarias.

No Brasil tivemos um exemplo interessante de uma nova visão que ganhou força, conquistou audiência, influenciou políticas públicas e estabeleceu novas estruturas e novos processos.

Refiro-me ao exemplo de aliança dos povos da floresta, que foi um movimento criado por Chico Mendes, cujo primeiro encontro ocorreu em 1989, alguns meses após seu assassinato. Esse movimento partiu direto do nível local para o global, para, em seguida, poder chegar ao nível nacional! Tudo isso sustentado por uma visão poderosa: A Amazônia precisa ser preservada e as populações da floresta são seus maiores guardiões!

Minha experiência no Ministério do Meio Ambiente foi marcada por essas concepções e experiências. Procurei transformar em políticas públicas as boas experiências da sociedade.

Procuramos orientar nossa ação a partir das diretrizes: controle e participação social, política ambiental integrada ou transversal, fortalecimento da governança ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

Foi assim que conseguimos convencer o Presidente Lula, a fazer uma mudança radical na forma como o estado brasileiro enfrentava o problema do desmatamento da Amazônia.

Propusemos alto empoderamento político para a questão. Ação integrada dos ministérios, foco na transparência para avançar no processo de limpeza das instituições públicas, envolvimento da sociedade para assimilar as melhores formulações e propostas dela advindas e para formular novas políticas públicas e novos processos institucionais.

Propusemos também uma nova abordagem para o problema. No lugar das ações pontuais e fragmentadas, ações estruturantes, derivadas de uma análise científica e socialmente consistente das causas estruturais e históricas do fenômeno do desmatamento na Amazônia.

Desse processo surgiu o Plano de Ação para Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, coordenado pelo núcleo central do governo, com a participação ativa de metade dos ministérios do governo, com orçamento específico, transparência das informações antes consideradas sigilosas e intensas ações de combate à corrupção nas instituições públicas.

Definimos mais de uma centena de ações estratégicas segundo os três eixos de atuação do Plano: monitoramento e combate aos crimes ambientais, ordenamento territorial e fundiário, incentivo às atividades produtivas sustentáveis.

Esse processo resultou na redução de 57% na taxa de desmatamento da Amazônia, entre 2005 e 2007, evitando que mais de 1 bilhão de toneladas de CO_2 fossem lançadas na

atmosfera. Resultou também na criação de 340 mil km^2 de unidades de conservação e terras indígenas, uma área equivalente ao território da Alemanha.

Dobramos as áreas destinadas às populações extrativistas não indígenas, elevando a área de reservas extrativistas, de 5 mil para 10 mil km^2. Além disso, apreendemos 1 milhão de metros cúbicos de madeira ilegal, o que equivale a uma fila contínua de 500 km de carretas carregadas de madeira. Foram presas 750 pessoas, dentre empresários, advogados e servidores públicos.

Implantamos, ainda, um avançado sistema de monitoramento, que emite informações quase em tempo real, permite um ajuste permanente nas medidas de proteção, inerentes à gigantesca tarefa de proteger a maior floresta tropical do planeta, e mantém a sociedade informada e mobilizada para apoiar ações emergenciais.

Criamos duas novas instituições públicas, o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ambos para promover uma política de incentivo ao uso sustentável da floresta e o segundo, mais especificamente, para, implementar e promover uma gestão moderna das unidades de conservação do país.

Iniciamos várias ações estruturantes, no sentido de estabelecer novos processos institucionais, a criação da Política para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do país. Mas a implementação dessa política dependerá do compromisso dos gestores públicos e também da ativa participação da sociedade.

Conseguimos reposicionar os projetos de importantes obras de infra-estruturar na Amazônia, como foi o caso do processo de licenciamento da BR-163, que liga os estados do Pará e Mato Grosso.

No plano internacional, conseguimos importantes conquistas como, por exemplo, o reposicionamento da posição histórica do Brasil no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas, a partir da proposta de criação de incentivos positivos para a redução das emissões oriundas da diminuição do desmatamento das florestas tropicais, de onde se originou a proposta do Fundo Amazônia.

Em termos de lições aprendidas, destaco a importância fundamental daquilo que chamo dimensão política do desenvolvimento sustentável, que é o apoio oferecido pela sociedade para que os gestores públicos sintam-se respaldados para implementar políticas públicas inovadoras. É necessário também persistência e comprometimento de longo prazo numa espécie de plataforma básica de compromissos com a sustentabilidade que vá além dos curtos prazos dos mandatos dos políticos.

Importante destacar que obtivemos essa importante redução do desmatamento da Amazônia basicamente pelo uso dos instrumentos de comando e controle. Mas o grande desafio a ser conquistado é reduzir a destruição da floresta pela mudança no modelo de desenvolvimento vigente, que se fundamenta sobre a substituição da floresta por atividades agropecuárias.

É necessário criar uma economia da floresta, baseada no uso sustentável dos recursos naturais, na valorização dos serviços dos ecossistemas e na valorização do conhecimento das populações tradicionais. Para tanto, será fundamental criar uma nova

institucionalidade no âmbito dos estados nacionais, capazes de impulsionar um modelo de desenvolvimento sustentável.

É fundamental ter em mente que essas mudanças que precisamos fazer são de natureza complexa e paradoxais. Por isso vamos precisar de todo mundo, sobretudo daqueles que historicamente, pelo menos aparentemente, pareciam não ter muita importância, por não deterem poder político, econômico e hegemonia sociocultural, como é o caso das populações indígenas e extrativistas.

O paradoxo reside em que, ao mesmo tempo em que vamos precisar do que existe de mais avançado e prático em termos de ciência moderna, vamos precisar do que existe de mais simples e complexo em termos de conhecimento tradicional.

Para combatermos as causa das mudanças do clima precisaremos lançar mão de altos investimentos e tecnologias para desfazer, corrigir e prevenir os erros. Precisaremos rever o que fizemos com o planeta e com os povos originários, buscando manter seu milenar modo de vida. Essas comunidades sempre fizeram bem feito. Agora não precisarão ter que desfazer e nem refazer nada, e ainda estão nos ajudando a corrigir parte dos erros que cometemos com o planeta. Contudo, a ironia de tudo isso é que existem aqueles que resistem à idéia de que a contribuição dessas comunidades seja reconhecida no âmbito dos esforços globais de mitigação e adaptação às mudanças do clima.

Finalmente, concluo afirmando que a sociedade está muito a frente dos governos e dos políticos. Uma pesquisa feita recentemente no Brasil mostrou que mais de 90% da população brasileira deseja que a proteção ambiental seja mais rigorosa, mesmo que para isso tenham que pagar mais caro pelos produtos agrícolas que consomem. Isso revela um grande potencial de sustentação política para que se possa avançar ainda mais na governança socioambiental no Brasil. Embora existam fortes movimentos políticos na direção oposta a essa, acredito que a sociedade brasileira não permitirá retrocessos na gestão e proteção dos ativos ambientais do país.

Creio que a opinião publica na maioria dos países também oferece a sustentação política necessária para que os negociadores do próximo acordo climático tenham uma postura à altura da gravidade da crise climática e sejam mais ousados na formulação dos acordos. É isso que nós e as futuras gerações esperamos. Muito obrigada!